

ANDRADE, Antonio Ferreira de. *Estudo comparado da formação profissional no Japão e no Brasil*. Rio de Janeiro, SENAI-DN, 1982. 335p.

O estudo teve suas raízes no Japão, em 1975, quando o autor participou do Seminário de Planejamento da Formação Profissional, e, mantendo contatos com técnicos que se dedicam a estudos da economia brasileira, no Institute of Developing Economies, em Tóquio, identificou a possibilidade de realizá-lo. Durante o ano de 1981, a convite do referido Instituto, lá permaneceu para concretizar esse estudo.

Através da análise comparativa da formação profissional no Japão e no Brasil, o trabalho pretende ser uma contribuição a todos aqueles que vivem o dia-a-dia da formação profissional e servir de instrumento de reflexão e inspiração para tomada de decisões futuras.

O autor justifica a abordagem do tema fundamentando-se no crescente interesse que vem despertando, em inúmeros países, os fatores que incidiram no notável desempenho da economia japonesa.

O Japão, graças à sua alta produtividade em relação ao fator trabalho, conseguiu reverter a expectativa que, em outra época, remetia, aos países de economias mais desenvolvidas, representantes qualificados do governo e das empresas privadas.

Os métodos gerenciais adotados pelos japoneses, o sistema educacional e as relações no trabalho configuram-se como pontos estratégicos no sucesso da sua economia.

Esse estudo comparado no campo da formação profissional, conforme ressalta Ferreira de Andrade não pretende sugerir a implantação de modelos, uma vez que problemas semelhantes não implicam, necessaria-

mente, soluções análogas, mas sim veicular as bem-sucedidas experiências japonesas para que, submetidas a uma análise criteriosa, possam ser objeto de aplicação à realidade brasileira aquelas que se ajustarem às suas peculiaridades de nação em desenvolvimento.

O trabalho se apresenta estruturado em torno de quatro objetivos, fartamente enriquecidos com a inclusão de gráficos e tabelas, e de um relatório final.

O primeiro trata da análise da estrutura educacional e, especialmente, da organização da formação profissional no Japão e no Brasil.

Inicialmente, descreve os principais objetivos da educação nacional no Japão, inspirados no princípio básico desta educação, ou seja, uma democracia de oportunidades e uma aristocracia de capacidades. A seguir, enumera as três grandes modalidades que compõem o seu sistema educacional, destacando os diversos níveis em que se estrutura o sistema escolar, a começar pela educação obrigatória, que tem a duração de nove anos e engloba seis anos de educação primária (Shogakko), seguida por três anos de educação secundária de primeiro ciclo (Chugakko). Ao concluir a educação obrigatória, o estudante tem três opções: 1ª) ingressar diretamente no mercado de trabalho e escolher alguma modalidade de profissionalização; 2ª) frequentar alguns dos inúmeros centros de capacitação ocupacional; e 3ª) dar continuidade aos estudos cursando o segundo ciclo secundário (Kotogakko), mediante aprovação em exame de admissão. Este nível de ensino oferece as seguintes modalidades: educação geral, com a duração de três a quatro anos, conduzindo diretamente à educação superior; educação geral e profissional, com a mesma duração da modalidade anterior, cuja finalidade dupla consiste em dotar os alunos de conhecimentos científico-tecnológicos básicos aliados a uma especialização ocupacional que lhes permita o ingresso imediato no mercado de trabalho; e escolas técnicas, com cinco anos de duração,

oferecendo cursos num ramo específico e qualificando para ocupações de técnico de nível médio ou superior; como não são considerados terminais, permitem o acesso posterior a cursos de pós-graduação, na mesma especialidade, desde que o aluno se submeta a provas de admissão.

Ocupa também posição de relevo na ordem das preocupações do governo japonês a formação profissional extra-escolar, cujos princípios fundamentais, estabelecidos por legislação específica, visam assegurar aos trabalhadores oportunidade de treinamento em todos os estágios da vida ocupacional, ao mesmo tempo em que garantem que o treinamento seja disponível e adaptado às freqüentes mudanças tecnológicas e suas conseqüentes alterações no mercado de trabalho. Em vista disso, o Ministério do Trabalho assume total responsabilidade por essa modalidade de formação (*Sho-Kugyo Keisei*), que compreende dois sistemas distintos, tanto do ponto de vista dos seus objetivos quanto da sua organização e da categorização dos seus usuários: os serviços públicos e as empresas privadas.

Observa Ferreira de Andrade que a mesma atenção vem sendo dedicada ao desemprego, especialmente àqueles que buscam o primeiro emprego e encontram dificuldades especiais, devido ao baixo nível de escolaridade, ao fato de pertencerem ao sexo feminino, ou ainda por serem deficientes físicos ou idosos.

Enfatiza o fato de que a formação profissional extra-escolar polariza dois sistemas absolutamente diferentes: o estatal, que oferece um nível razoavelmente alto de qualificação, ratificado por uma certificação com valor curricular e profissional, e o sistema privado, dotado de autonomia e adaptado às necessidades individuais das grandes empresas.

A seguir, o autor descreve, resumidamente, o sistema brasileiro de formação profissional, discorrendo sobre o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, criado em 1º de abril de 1976, com o objetivo de estabelecer normas e diretrizes para a definição de uma política de desenvolvimento de recursos humanos a nível nacional. Unificando os vários órgãos de formação profissional, busca conciliar os programas de educa-

ção com os programas de desenvolvimento econômico e social.

Encerrando o primeiro objetivo, apresenta os diagramas referentes à organização do sistema nacional de formação profissional e à sua interação com o sistema formal de educação, de responsabilidade do Ministério da Educação, bem como um quadro comparativo da estrutura da educação geral e da formação profissional nos dois países.

O segundo objetivo focaliza o nível de eficiência e de eficácia do sistema de formação profissional no Japão e no Brasil.

Partindo da explicitação dos conceitos e dos procedimentos adotados no encaminhamento de uma criteriosa análise do nível de eficiência e de eficácia, Ferreira de Andrade expõe, a seguir, a metodologia utilizada e os gráficos, tabelas e diagramas referentes aos resultados obtidos no levantamento do nível de eficiência.

Na síntese e comparação desses resultados, destaca o baixo nível de eficiência da formação profissional nos dois países, devido principalmente à reduzida utilização dos equipamentos e da capacidade física instalada, evidenciada pela capacidade ociosa existente no Japão (mais de 25%), e no Brasil (entre 20% a 60%).

Afirma o autor que isto ocorre em função da expectativa da indústria, em ambos os países, de que os jovens recebam uma formação predominantemente acadêmica, não atribuindo grande importância ao desenvolvimento de habilidades para trabalhos específicos quando ingresam no primeiro emprego.

Outro aspecto que merece atenção, segundo ele, é o de que, para o Japão, não constitui tanta gravidade a constatação dessa capacidade ociosa, uma vez que esta disponibilidade é canalizada para a reserva potencial e os jovens são encaminhados para unidades adicionais, recebendo uma educação que corresponda à sua necessidade e à das empresas. No caso do Brasil, porém, o quadro é bem diverso, não existem canais alternativos para serem utilizados, o que provoca o agravamento dos problemas sociais.

*Registra, referindo-se ao treinamento anterior e posterior à admissão no emprego, que, a curto prazo, a preparação no local de trabalho é mais eficiente do que aquela realizada fora do emprego, essencialmente no Brasil, em função da escassez na alocação de recursos para treinamento anterior ao emprego.*

*A relação capital/trabalho é outro indicador que o autor considera relevante para a avaliação do nível de eficiência da formação profissional. As estatísticas revelam, a respeito, a inadequação dos recursos disponíveis à demanda por treinamento, notadamente no Brasil, onde, a cada ano, há um milhão e trezentos mil jovens procurando novo emprego.*

*Reside aí, na sua opinião, o baixo nível de utilização da capacidade instalada, no Brasil, enquanto no Japão, a mesma situação é atribuída ao baixo status conferido aos trabalhos manuais.*

*Defende, ao considerar a fase de transição de sociedade industrial para a de serviços por que passa o mundo do trabalho, a liberação do trabalho humano da manufatura para o serviço, onde o homem poderá melhor realizar-se em sua atividade. Sugere também uma reestruturação dos Centros de Formação Profissional compatível com as mudanças tecnológicas que ocorrem no mundo do trabalho e com as aspirações e preferências dos jovens.*

*A aferição do nível de eficácia dos sistemas de formação profissional nos dois países partiu da análise quantitativa dos seguintes fatores: economia, trabalho, educação e formação profissional. Esta análise obedeceu a critérios baseados em comparações internacionais, em médias de desempenho em determinado período, ou, simplesmente, na comparação dos quantitativos dos dois países. Em prosseguimento, são apresentadas as tabelas que sintetizam os resultados da avaliação em cada fator, bem como o desempenho global.*

*O exame dos modelos de planejamento utilizados na formação profissional constitui o terceiro objetivo deste estudo.*

*O autor mostra o Plano Básico de Formação Profissional no Japão, formulado pelo Ministério do Trabalho, cuja finalidade é indicar o direcionamento futuro da política de formação profissional, prevendo todos os requisitos necessários à operacionalização dos programas.*

*O novo Plano (1981-1985) busca uma maior abrangência, contemplando novas variáveis intervenientes, tais como a economia internacional e seus reflexos na economia do país, e dando maior profundidade a todas as tendências da economia nacional, de modo a alcançar todas essas variáveis extremamente fortes e capazes de afetar a eficácia dos programas estabelecidos.*

*Como modelo de planejamento adotado no Brasil, expõe o Plano de Ação Integrado do SENAI, fundamentado sobre as diretrizes traçadas pelo governo federal e expressadas, concretamente, nas normas dadas para os setores econômico, educativo e de emprego.*

*Questiona alguns aspectos relacionados à necessidade de planejar a formação profissional, pois acredita que a única alternativa viável para racionalizar as decisões estratégicas passa pelo caminho do planejamento.*

*O último objetivo aborda as tendências gerais da formação profissional no momento atual e suas perspectivas para o ano 2000.*

*As projeções das matrículas da formação profissional para o ano 2000, apresentadas pelo autor, revelam um crescimento da ordem de 3,8% ao ano, no período de 1981-2000. Logo, considera este crescimento perfeitamente factível ao longo do tempo, sem causar grandes óbices à administração, do ponto de vista financeiro.*

*Quanto às tendências gerais na realidade atual, os resultados obtidos, nos dois países, se resumem nos seguintes aspectos: 1º) assegurar igualdade de oportunidade de formação profissional; 2º) aumentar as oportunidades de formação profissional; e 3º) fornecer informações referentes ao mercado de trabalho.*

---

*Aponta também a fundamental importância de a formação profissional ser considerada não apenas como um meio para um fim específico, mas como um nível de ensino que possui seus próprios objetivos sociais. E, para que se torne mais flexível, torna-se necessário um maior envolvimento do governo, dos empregadores e dos empregados no processo de decisão. Na conclusão final do estudo, traça um perfil da economia e das perspectivas da formação profissional no Brasil e no Japão, alertando para o seu objetivo precípua, ou seja, "descrever, ainda que em termos gerais, a real situação vigente nos dois países, em re-*

*lação a aspectos econômicos e, especificamente, relacionados à Formação Profissional e, ao mesmo tempo, enfatizando que a educação é um importante fator que contribui enormemente para o desenvolvimento econômico e social do país".*

*Pretende o autor, através do levantamento de novas e antigas indagações, suscitar a reflexão dos pesquisadores e dos administradores, favorecendo, assim, a determinação de novos rumos para a formação profissional. (Maria Thereza Leandro Nogueira)*